



Está a meio do périplo pelas capitais europeias. Sem descortinar o conteúdo do livro, é já possível fazer um balanço das grandes divisões sobre o futuro da União Europeia?
Não lhe chamaria divisões.

Prioridades?

Cada Estado-membro vive muitíssimo centrado nos seus assuntos. Acharmos que em Portugal só se discute a política interna, mas isso é comum a todos os países. A dimensão comunitária, pelo caudal legislativo, tem uma intromissão nos assuntos internos. Toda a política interna é europeia e toda a política europeia é interna. É o corolário de um sistema mais ou menos federal. A nossa política estadual é altamente influenciada pelas decisões comunitárias. 80% da nossa legislação nacional vem de Bruxelas. Há uma grande relevância das condicionantes internas. Cada país olha para os problemas comuns de forma diferente. A ameaça russa é vista de maneira diferente no Norte e no Sul, a Este e a Oeste. O Brexit é visto como ameaça ou oportunidade de acordo com o grau de dependência económica e laços políticos que existam.

E o euro?

A sensibilidade em relação à moeda única e ao espartilho que cria em termos orçamentais e de dinâmica económica também difere de país para país. Noto alguma revolta, sobretudo nos países do Mediterrâneo, contra as regras da Zona Euro. A transformação da arqui-

tectura do euro é prioritária e por isso é que foi importante que o Presidente [Emmanuel] Macron tenha vencido as eleições francesas.

A formação de blocos regionais pode promover essas mudanças? Ou ser um factor de desagregação?

Os blocos regionais e a regionalização da política europeia são um facto. Visegrado, Balcãs, eixo franco-alemão, Bálticos, Sul da Europa. Vemos cimeiras constantes, o que a meu ver, se tudo isto for mal gerido, pode representar um factor de desagregação ainda maior na UE. É preciso muito cuidado com estas regionalizações. No caso do Sul da Europa, e porque França está nessas cimeiras, têm sido levantadas várias questões. As cimeiras já têm uma dinâmica, vamos para a terceira. E não têm saído comunicados ou declarações conjuntas contra o Norte, contra a Alemanha ou os países credores. Tem havido uma narrativa de construção de pontes. É evidente que França tem um papel equilibrador. Vamos ver, com a concretização mais aprofundada de um novo ou renovado eixo franco-alemão, se França tem as mesmas condições e vontade para estar nesta plataforma a sul.

A Comissão Europeia apresentou cinco cenários para o futuro da União, mas não se vinculou com nenhuma opção. Devia tê-lo feito?

Não se pode vincular porque precisa de perceber como é que os ciclos eleitorais são encer-

rados. Por isso é que faço este livro este ano. Porque 2017 é particularmente importante, talvez o ano mais decisivo da Europa depois de 1989.

Tendo em conta esses cenários, acredita em mais ou menos União para alguns, ou mais ou menos União para todos?

Mais União para alguns. O caminho é “à la carte”. Aliás, é um caminho que já está a ser feito.

Refere-se à Zona Euro?

À Zona Euro, a Schengen.

É a consagração de uma Europa a várias velocidades?

Isso já existe. Quando se faz uma leitura política do mapa da UE, percebe-se que a moeda única está centrada numa determinada zona, liderada pelo eixo franco-alemão. A centralidade da Zona Euro vai ser um factor. Para saber se é reformulada nos termos de Macron, teremos de esperar pelas eleições alemãs e ver como é que a Alemanha se posiciona.

Macron tem insistido na necessidade de a Alemanha aceitar corrigir as disfuncionalidades do euro. Berlim vai aceitar, por exemplo, os eurobonds, mesmo que para a dívida futura?

A senhora [Angela] Merkel disse há algumas semanas, no Bundestag, que é possível mutualizar o que é bom, mas que Berlim não

Acredito em mais União Europeia para alguns. O caminho é “à la carte”.

